

O PIB invisível

LEANDRO DE LEMOS*



O excelente caderno Dinheiro de ZH do último domingo expõe bem o que aconteceu com a economia gaúcha nas últimas décadas e quais suas perspectivas. No entanto, a tonalidade crítica não pode bandear-se para um matiz pessimista. É certo que já ocupamos melhores rankings na participação no PIB nacional e que o Estado se endividou a ponto de perder sua capacidade de investimento. Mas é preciso relatar também o grande poder de reinvenção e reestruturação da economia gaúcha.

Existem diversos movimentos concretos de geração de novas indústrias e de adensamento tecnológico das cadeias produtivas atuais que não estão contemplados no cálculo do PIB. O analista, alimentado por seus dados de painel, não percebe o real movimento que a economia regional está atravessando. Estamos em uma fase de transição na qual a economia do conhecimento se tornará o centro do desenvolvimento da matriz de produção no nosso Estado. A pesquisa das universidades e os parques científicos e tecnológicos devem ser escaneados pelo radar dos analistas para conhecer nosso potencial econômico. É certo que a métrica do PIB não mente, mas existe um PIB invisível sendo gerado por novas tecnologias, patentes e ecossistemas de inovação que não são mensurados pela tradicional metodologia do PIB. Se olharmos há cinco ou seis anos atrás, a energia eólica como uma nova indústria no Rio Grande do Sul era vista como uma possibilidade hilária para muitos. Pois foi gestado em uma universidade, a PUCRS, o maior plano de negócios da história do Estado, com faturamento já consolidado de R\$ 1,7 bilhão e com perspectivas de geração de 20 mil empregos qualificados nessa nova cadeia produtiva. Falar que foi a universidade na verdade é limitar o fato. Foi a inicia-

tiva privada mais a universidade mais o governo que o geraram. E aqui está o novo DNA do desenvolvimento com base na economia do conhecimento: a tripla hélice governo + universidade + empresas. E temos inúmeros exemplos de casos no Rio Grande do Sul em seus diversos sistemas de inovação.

Os dados computáveis no PIB não contemplam as informações suficientes para delinear um novo roteiro para o desenvolvimento do Estado. Até a própria divisão da riqueza em setores primário, secundário e terciário é muito contestável. Para exemplificar: alguém ainda poderia chamar o agronegócio de "primário"? Existem muitas tecnologias embarcadas e a embarcar em várias redes de produção. Falta-nos um grande projeto que contemple o estímulo contínuo ao empreendedorismo e à inovação. Ele passa por inovações institucionais, jurídicas e, sobretudo, de financiamento para que pequenas empresas se tornem grandes empresas, e para que as médias e grandes se tornem globais. Falo da ausência de mecanismos concretos que tornem o novo ambiente de inovação endêmico às tradições gaúchas, estimulando os diversos ativos intangíveis nascidos nas centenas de pesquisas em desenvolvimento no Estado a transformar-se em novas empresas e indústrias aqui. Hoje, infelizmente, há vazamentos do nosso PIB. Como fizemos com a economia rural em décadas anteriores, estamos gerando PIB em outros Estados e países com o conhecimento fomentado e gerado aqui.

*Diretor da Agência de Gestão de Empreendimentos da PUCRS, presidente do Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul

A Assembleia gaúcha e a reforma política

RAUL PONT*



A União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) decidiu assumir o debate no país sobre a reforma político-eleitoral. Um grupo de trabalho foi formado para encaminhar essa participação e optou por realizar um questionário para saber o que pensam os parlamentares estaduais.

A Unale ainda não sistematizou os dados de todos os Estados, mas no RS, onde os 55 deputados responderam, apresentam-se resultados interessantes. Revela que, se os nossos partidos fechassem questão em alguns temas, seria possível sair do impasse e da paralisia congressual para votar essa matéria.

Vejam os alguns números. Na questão da fidelidade partidária, 98,18% responderam que o mandato é do partido e não do eleito. A grande maioria, 78,18%, defende a unificação das eleições gerais e municipais em uma única data, e 70,91% entendem que o partido, para ter direito a rádio e TV e ao Fundo Partidário, precisa ultrapassar uma cláusula de desempenho com representação na Câmara Federal.

Um dado importante e que tem gerado muito debate, o direito de coligação, tem uma resposta definida na pesquisa: 63,64% defendem que a coligação só é possível nas eleições majoritárias (prefeito, governador, presidente).

Quanto ao sistema de representação, o voto proporcional atual tem a maioria absoluta das adesões,

54,55% contra 34,55% que defendem o voto distrital misto e apenas 7,27% apoiam a proposta do chamado Distrito, pelo qual o Estado é distrito e elegem-se apenas os mais votados.

A resposta mais surpreendente, pois é a mais polêmica na Câmara Federal, foi sobre o financiamento das campanhas. Ao todo, 52,73% dos parlamentares estaduais gaúchos optaram pelo financiamento público exclusivo. Se somarmos a isso os que defenderam o financiamento apenas de pessoas físicas (proposta do Movimento Eleições Limpas), 30,91%, temos 83,64% de deputados contra o financiamento eleitoral por pessoas jurídicas (empresas), sistema predominante atual.

Ao expressar as opiniões dos 55 deputados estaduais, a pesquisa da Unale reforça a tese de que é possível ter algumas amplas maiorias e que a reforma pode avançar nesses pontos. Duas ou três dessas mudanças (financiamento, vedar coligações proporcionais) que não exigem quórum qualificado, isto é, maioria simples, já determinariam uma profunda alteração nas eleições de 2014.

Mais um teste para a Câmara Federal sintonizar com a vontade de mudança no país.

*Professor e deputado estadual (PT)

Estamos gerando PIB em outros Estados e países com o conhecimento fomentado aqui

IOTTI



iotti@zerohora.com.br



BRASÍLIA
CAROLINA BAHIA

carolina.bahia@gruporbs.com.br @Carolina_Bahia

com Caue Fonseca

Faxina forçada

O Ministério do Trabalho paga por insistir nos erros. A fraude descoberta pela Polícia Federal, de R\$ 400 milhões, segue a velha fórmula de uma organização que recebe recursos federais para prestar serviços fictícios. As suspeitas vão do servidor que recebe propina ao empresário que se beneficia dos contratos. Apesar de alegar inocência, Paulo Pinto é apontado pela PF como pivô. Resistiu, mas acabou demitido da secretaria-executiva. Colocado de lado pela gestão anterior, ele foi resgatado pelo ministro Manoel Dias. Pinto é ligado ao presidente do PDT, Carlos Lupi, outrora faxinado por Dilma. Aliados de Dias já haviam aconselhado o ministro a fazer a sua própria limpeza ética. Como demorou, a PF agiu, promovendo o afastamento do número 2 e a prisão de outros assessores. Mais um caso de corrupção na Esplanada que se repete.



Meio-campo

Manuela D'Ávila ajustou o texto da MP aprovada ontem que impõe transparência a clubes, federações e confederações, na companhia de atletas do calibre de Rai (foto, à direita), Ana Moser e Gustavo Borges. A presença da líder do PC do B foi providencial. O próprio Plano tinha dúvidas quanto à posição do ministro do Esporte, Aldo Rebelo (PC do B), a respeito do projeto.

Recapeando

Após ajustar ponteiros com o ministro dos Transportes, César Borges, Tarso Genro anunciou para o próximo mês o início da recuperação das estradas gaúchas devolvidas à União. O primeiro edital será publicado no dia 10 e o segundo, até o fim do mês.

Pibão

Após conversa com o secretário João Motta (Planejamento) sobre os resultados da economia gaúcha, Tarso Genro era só sorrisos em Brasília. Prometeu revelar um "pibão" hoje. O governador deu um jeito de usar o índice para cutucar o ministro dos Transportes, César Borges: — Esse resultado dá ainda mais importância às questões de infraestrutura, para que não haja um bloqueio no crescimento.

Efeito Kiss

Enquanto a Câmara não vota o projeto sobre segurança em casas noturnas, o Ministério da Justiça formula a "Lei Nacional de Segurança Contra Incêndio e Pânico". A proposta segue sugestões de bombeiros de diferentes Estados e será enviada ao Congresso no fim do ano.

Vaga do Simon

Ex-presidente da Casa, Ibsen Pinheiro estará de volta à Câmara hoje para um evento sobre reforma política. A conversa é na Câmara, mas ele fala para quem quiser ouvir que o seu objetivo, no ano que vem, é o Senado. Como bom peemedebista, Ibsen é pré-candidato se e somente se Pedro Simon desistir de concorrer à reeleição.